



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0015472-41.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
Requerente: **André Bichoffe**
Requerido: **M S A São Carlos Idiomas Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alega que se matriculou em curso promovido pela ré, pagando-o integralmente e de forma adiantada.

Alegou ainda que por motivos particulares não pode concluir alguns módulos, razão pela qual postulou a rescisão do contrato firmado e a devolução dos valores que despendeu.

Os documentos amealhados pelo autor respaldam suas alegações, tendo a própria ré admitido que ele pagou antecipadamente o curso em que se matriculou.

Não se controverte, outrossim, sobre a impossibilidade de término desse curso por parte do autor.

Assentadas essas premissas, a pretensão deduzida merece prosperar.

O autor à evidência possui o direito de rescindir o contrato celebrado com a ré, tendo cumprido os pressupostos para tanto, seja quanto à notificação a propósito (fl. 13), seja quanto ao pagamento da multa devida.

Os cálculos que elaborou já a contemplam e não foram objeto de impugnação, não tendo a ré apresentado de resto fato que se contrapusesse ao pleito exordial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré a pagar ao autor a importância de R\$ 3.619,80, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**